

PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS.GOV N° 90090/2026
PROCESSO LICITATÓRIO PE INTEGRADO N° 0143.2026.AC-51.PE.90090.SAD.SDEC
SEI N° 2600000049.000928/2025-24

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, através do Agente de Contratação Juliana Cáu Durante, designado(a) por meio da Portaria nº 4.061, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 31/12/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Documento de Abertura de Processo Licitatório DOC SEI nº 77316332 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDEC e com a respectiva autorização do Secretário Executivo, a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR ITEM**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto o fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação (servidores de rack) visando atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDEC, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O objeto desta licitação será dividido em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 221.935,14** (duzentos e vinte e um mil e novecentos e trinta e cinco reais e quatorze centavos), na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Fonte: 05000000000

UG: 260100

Unidade: 00116

Programa: 22.122.0450.4383.0000

Ação: 4383

Elemento de Despesa: 4.4.90

Categoria Econômica: EXECUTIVA - Outros

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou

emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.4.10. Profissionais organizados em cooperativas.

3.4.11. Pessoas Físicas.

3.4.12. Agricultor Familiar e/ou Produtor Rural.

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2

poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 -A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021¹.

7.4.1. nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.9. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.8.

9.10. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO.

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14. Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do

Modelo de Proposta de Preços (Anexo B do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

13.3.1. Para o item servidores para rack e respectivos componentes, a(s) proposta(s) enviada(s) deverá(ão) ser acompanhada(s) de catálogo técnico ou folder oficial do fabricante contendo as especificações completas do equipamento ofertado, ficha técnica detalhada com indicação de marca e modelo (e número de série, quando aplicável), bem

como manuais, tutoriais, diagramas e demais documentações técnicas necessárias à instalação, configuração, operação, gerenciamento e manutenção da solução fornecida, em formato digital, atualizados e em conformidade com as melhores práticas do fabricante, de modo a permitir a conferência do atendimento às especificações mínimas descritas neste Termo de Referência.

13.3.2. O pregoeiro poderá solicitar à área técnica a emissão de parecer técnico com a finalidade de atestar sua conformidade acerca das especificações do objeto, tendo a área o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar seu parecer.

13.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.6. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.6.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio

de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.6.2. A inexecuibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.8. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.9. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.10. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.11. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral

da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

14.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.2. Será considerado compatível em características o fornecimento de equipamentos de porte e natureza semelhantes ao objeto licitado **(aquisição de equipamentos de informática (servidores)).**

14.4.3. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 01 atestado das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item;

14.4.4. Para fins de aferição do percentual mínimo de 01 (um) atestado relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.4.5. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, por se tratar de medida necessária para assegurar que a licitante possui capacidade técnico-operacional compatível com o objeto da contratação, demonstrando experiência prévia suficiente para executar o fornecimento com segurança, eficiência e dentro dos padrões de qualidade exigidos pela Administração, sem, contudo, restringir indevidamente a competitividade do certame.

14.4.6. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.4.9. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.10. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.6. Declarações complementares:

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do

certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação.

A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequente assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

15.4. Caso duas ou mais licitantes distintas vençam itens/lotos espelhados, ou cota reservada e principal, com preços diferentes, o Agente de Contratação deverá oportunizar o prazo de 02 (duas) horas corridas para que apresentem nova proposta de preço, com vistas à obtenção do direito de preferência no eventual consumo da Ata.

15.4.1. As novas propostas serão anexadas no sistema.

15.5. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.6. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a

substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema

eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CONTRATO

18.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo III.

18.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

18.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecido em cartório, com poderes que habilite o mandatário que habilitem a assinar o instrumento.

18.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

18.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

18.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 19.1.2.

18.4.1 Na hipótese do item 18.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Agente de Contratação retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

18.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

19.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

19.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

19.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

19.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

19.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

19.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.5. fraudar a licitação;

19.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

19.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal: ²

19.2.1. Multa;

19.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

19.3. As sanções previstas nos itens 19.2.2 e 19.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

19.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

19.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 19.1.1 deste edital;

19.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 19.1.2 e 19.1.3. deste edital;

19.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 19.1.4. 19.1.5., 19.1.6., 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9 deste edital.

19.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

19.5.1. No cometimento da infração prevista no item 19.1.1: de 6 a 12 meses;

19.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 19.1.2 e 19.1.3: até 6 meses;

19.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9: de 03 a 6 anos.

19.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 19.5 e 19.6. deverão ser observadas:

19.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

19.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

19.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

19.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

19.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

19.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

19.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

20.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

20.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

20.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

20.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

20.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

20.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

20.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

20.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

20.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II - Declarações complementares;
- c) Anexo III - Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da Ordem de Fornecimento.

20.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

20.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, "a", da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, 11 de março de 2026

Juliana Cáu Durante

Agente de Contratação AC 51

PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS.GOV Nº 90090/2026
PROCESSO LICITATÓRIO PE INTEGRADO Nº 0143.2026.AC-51.PE.90090.SAD.SDEC
SEI Nº 2600000049.000928/2025-24

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Nº 2600000049.000928/2025-24

1. OBJETO:

1.1. Fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação (servidores de rack) visando atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDEC, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência.

1.2. O objeto, equipamentos de tecnologia da informação (servidores de rack), desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/ 2021.

1.3. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por item único e descritos conforme quadro constante no anexo D.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 5 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 7 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 8 e 9 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A Justificativa para o não parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 11 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz

necessária a conjugação de esforços para a execução do presente fornecimento.

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que se trata de aquisição de servidores de tecnologia da informação, passível de fornecimento por empresas especializadas no ramo, sem necessidade de consórcio para viabilizar a entrega dos equipamentos.

2.5.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6. DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1. É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas na presente licitação, uma vez que o objeto trata da aquisição de bens (servidores de tecnologia da informação), cuja execução demanda estrutura empresarial, capacidade técnica, logística de fornecimento e responsabilidade comercial que são incompatíveis com a natureza profissional de cooperativas. Assim, a participação restringe-se a pessoas jurídicas regularmente constituídas, especializadas no fornecimento desse tipo de equipamento.

2.7. DA PARTICIPAÇÃO OU VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que o objeto trata da aquisição de bens (servidores de tecnologia da informação), o que demanda estrutura empresarial, capacidade técnica e responsabilidade comercial incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme o disposto no art. 5º, inciso IV, e art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.8. DA PARTICIPAÇÃO OU VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.8.1. É vedada a participação de agricultor familiar E/OU produtor rural na presente licitação, uma vez que o objeto trata da aquisição de bens de tecnologia da informação (servidores), cuja fabricação e comercialização não se inserem nas atividades típicas do setor agropecuário. Dessa forma, a natureza do objeto inviabiliza a participação desse público no certame, tendo em vista que não possui relação com atividades dessas categorias.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO / DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Além da descrição apresentada no **anexo D** deste Termo de Referência, para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características mínimas:

a) Características Gerais do Servidor:

Formato: Para Rack 42";

Altura: 2U;

Processador: 01 unidade, com suporte a 02 processadores;

12 núcleos, 24 threads;

Clock mínimo 2.4GHz;

Cache de no mínimo 33MB;

HyperTransport/QPI mínimo de 9.6 GT/s;

Link de comunicação 16 GT/s;

Compatível com AVX-512, consumo máximo 150W;

Índice SPEC INT RATE 2017 \geq 240 (base) auditado no site do SPEC.org.

b) Memória RAM:

128GB DDR5 RDIMM;

Módulos de no mínimo 16GB com ECC;

Suporte a expansão de até 8TB;

No mínimo 32 slots DIMM.

c) Armazenamento:

08 discos SATA hot plug 4TB 3.5" 7.2K 6Gbps;

02 discos M.2 SSD de 960GB para sistema operacional em RAID 1;

Não serão aceitos gabinetes externos.

d) Controladora RAID:

Exclusiva e dedicada;

Memória cache de 8GB DDR4 2666 MT/s;

Suporte a RAID 0, 1, 5, 6, 10, 50 e 60;

Hot Swap, Hot Spare, migração de RAID, SMART.

e) Controladora de Vídeo:

On-board ou placa PCI;

Mínimo 16MB de memória, resolução 1280x1024;

Barramento PCIe, VGA.

f) Placas de Rede:

04 interfaces 10/25GbE SFP28 (2 placas);

02 portas 1GbE Base-T;

Suporte a Jumbo Frames, LSO, LRO, TSO, RSS;

Ao menos uma placa OCP 3.0;

04 cabos 10GbE de 5m (SFP+ to SFP+).

g) HBA (Host Bus Adapter):

01 placa SAS com 2 portas de 12Gb;

02 cabos SAS de no mínimo 2m.

h) Fonte de Alimentação:

02 fontes hot-plug redundantes de 1400W;
Certificação 80Plus Platinum;
Tensão 100-240V, 60Hz, Com ajuste automático;
Cabos NBR 14136 C13 2P+T, 2m, 10A.

i) Gabinete:

altura 2U;
12 baias 3.5";
Trilho deslizante tool-less;
Ventilação hot-plug e redundante;
Moldura frontal com chave;
Display ou LEDs para alertas;
Suporte a refrigeração líquida;
TPM 2.0 v3.

j) BIOS e Segurança:

Compatível com SMBIOS/UEFI 2.5+;
Autenticação cripto conforme NIST SP800-147B, 155, 193;
Root of Trust baseado em silício;
Suporte a rollback seguro;
Suporte a 2FA, logs exportáveis, atualização automática.

k) Sistema Operacional:

Windows Server 2022 Standard OEM perpétuo para todos os núcleos;
Compatível com: Windows Server 2016+;
Red Hat Enterprise Linux 7+;
VMware ESXi 6.7+;
Mídia de instalação e drivers.

l) Gerenciamento e Inventário:

Gerenciamento remoto (1:1 e 1:N);

Interface dedicada para gerenciamento;

Monitoramento de todos os componentes;

Acesso remoto via Web, CLI, KVM out-of-band;

Suporte a SSL, SSH, REST API, SNMP, IPMI, WMI, WS-MAN, Redfish;

Suporte a perfis, automação, baselines, logs e alertas;

Ferramenta baseada em nuvem com IA e predição de falhas;

Deleção segura dos discos locais (HDD, SSD, NVMe).

m) Acessórios:

Cabos de força, fibra, rede e demais necessários;

Teclado, mouse e monitor.

n) Documentação e Certificação:

Manuais técnicos;

Certificação IEC 60950, Energy Star, 80 Plus Platinum, ou equivalentes.

o) Instalação e Integração:

Prazo máximo: 10 dias;

Instalação física e configuração lógica;

Instalação e configuração do sistema de backup;

Integração com tape library;

Documentação detalhada.

p) Operação Assistida:

Suporte remoto por 30 dias;

Horário comercial.

q) Repasse de Conhecimento:

Treinamento hands-on;

Carga horária mínima: 8h;

Documentação do projeto e configurações;

Realização nas dependências da contratante ou remoto.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. Servidor

1.1.1. Gabinete:

1.1.2. Gabinete para instalação em rack de 42" através de sistema de trilhos deslizantes;

1.1.3. Altura máxima de 2U;

1.1.4. Deve possuir botão liga/desliga na parte frontal do Gabinete com opção de habilitar ou desabilitar o mesmo através da BIOS;

1.1.5. Possuir display ou leds embutido no painel frontal do gabinete para exibição de alertas de funcionamento dos componentes internos;

1.1.6. Deve possuir suporte de no mínimo 12 (doze) baias para instalação de discos rígidos de 3.5 polegadas, suportando discos SATA/SAS;

1.1.7. Deverá ser entregue junto com o servidor, um kit de fixação para rack, do tipo tool-less retrátil, com organizador de cabos, permitindo o deslizamento do servidor a fim de facilitar sua manutenção;

1.1.8. Deve possuir sistema de ventilação redundante e hot-pluggable, para que a CPU suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento, e que permita a substituição mesmo com o equipamento em funcionamento;

1.1.9. Deve possuir sistema de refrigeração adequado para operar na configuração máxima prevista;

1.1.10. Deverá possuir moldura frontal (bezels) com trava e acesso por chave a fim de prevenir acesso não autorizado ao discos frontais.

1.1.11. Deve possuir módulo de segurança TPM 2.0 compatível com as normas do TCG.

1.1.12. Fonte de Alimentação:

1.1.12.1. Mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes e sem degradação de performance;

1.1.12.2. As fontes deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;

1.1.12.3. As fontes de alimentação devem possuir certificação 80Plus, no mínimo na categoria PLATINUM.

1.1.12.4. A fonte deve ter potência máxima de 1.400 watts;

1.1.12.5. As fontes devem possuir tensão de entrada de 100VAC a 240VAC a 60Hz, com ajuste automático de tensão;

1.1.12.6. Deverá acompanhar cabo de alimentação NBR 14136 2P+T para C13, 250V, 10A, com no mínimo 2(dois) metros, para cada fonte de alimentação fornecida.

1.1.13. Processador:

1.1.13.1. Suportar 2 (dois) processadores;

1.1.13.2. Equipado com 1 (um) processadores de 12 (doze) núcleos cada, com arquitetura x86;

1.1.13.3. Deve suportar conjunto de instruções estendido compatível com padrão AVX-512;

1.1.13.4. Consumir no máximo 150 W;

1.1.13.5. Frequência Base de clock interno de no mínimo 2.4 GHz;

1.1.13.6. Controladora de memória com suporte a DDR5 de no mínimo 4400 MHz;

1.1.13.7. Link de comunicação do processador com o restante do sistema de 16 GT/s;

1.1.13.8. Memória cache de 30 MB;

1.1.13.9. O processador deve ser de última geração;

1.1.13.10. Desempenho

1.1.13.11. O processador ofertado deverá ter índice SPEC INTEGER RATE 2017 (BASE) auditado de no mínimo 240 para 2 processadores. Os índices SPEC INTEGER RATE 2017 (BASE) utilizados como referência serão validados junto ao site da Internet <http://www.spec.org/> Standard Performance Evaluation Corporation. Não serão aceitas estimativas para modelos / famílias de processadores não auditados pelo SPEC, resultados obtidos com a utilização de servidores em cluster, bem como estimativas em resultados inferiores ao mínimo especificado;

1.1.13.12. Deve possuir índice SPEC INT RATE 2017 \geq 240 (base), comprovado no site do SPEC.org.

1.1.14. Memória RAM:

1.1.14.1. O servidor deverá vir equipado com 128GB (cento e vinte e oito Gigabit Ethernet (GbE)s de memória principal, em pentes de no mínimo 16GB (dezesesseis Gigabit Ethernet (GbE));

1.1.14.2. Módulos de memória RAM tipo DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM) com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code)

1.1.14.3. Deve possuir no mínimo 32 slots de memória DIMM, suportando expansão de no mínimo 8TB para memória RDIMM quando configurado com dois processadores;

1.1.15. Circuitos Integrados (Chipset) e Placa Mãe:

1.1.15.1. O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador;

1.1.15.2. Possuir, no mínimo, 3 (três) slots PCI Express 4.0 quando configurado com 1 processador;

1.1.15.3. Placa mãe da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado;

1.1.16. Controladora de Vídeo:

1.1.16.1. Deve ser do tipo on board (integrado na placa mãe) ou placa de vídeo PCI;

1.1.16.2. Capacidade da memória cache de vídeo ou da placa de vídeo: mínimo de 16 MB (dezesseis);

1.1.16.3. Resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior.

1.1.17. Bios e Segurança:

1.1.17.1. BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;

1.1.17.2. Deve ser compatível com padrão System Management BIOS (SMBIOS) ou UEFI na versão 2.5 ou superior;

1.1.17.3. BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de propriedade e de serviço;

1.1.17.4. A BIOS deve possuir opção de criação de senha de acesso, senha de administrador ao sistema de configuração do equipamento;

1.1.17.5. Deve ser atualizável por software;

1.1.17.6. As atualizações de BIOS/UEFI devem possuir (assinatura) autenticação criptográfica segundo as especificações NIST SP800-147B, NIST SP800-155 e NIST SP 800-193;

1.1.17.7. O servidor deverá ser capaz de restaurar, automaticamente, o estado da BIOS/UEFI para uma versão íntegra anterior, armazenada em área de memória oculta e protegida contra gravação, em casos de corrupção ou incidentes de segurança identificados durante a inicialização da BIOS/UEFI;

1.1.17.8. Processo de boot precisa ser verificado usando o conceito de "Root of Trust" baseada em silício para atender às recomendações do NIST SP 800-147B.

1.1.18. Portas de Comunicação:

1.1.18.1. Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados pelos nomes ou símbolos;

1.1.18.2. Possuir 3 (três) interfaces USB sendo, no mínimo uma destas interfaces no padrão 3.0;

1.1.19. Interface de rede:

1.1.19.1. Possuir 4 (quatro) portas de rede 10/25Gb SFP28 em duas placas;

1.1.19.2. Cabos compatíveis com as interfaces ofertadas, atendendo às normas SFP+ e SFP28

1.1.19.3. Suporte a boot remote de rede para: iSCSI, e Preboot eXecution Environment (PXE);

1.1.19.4. Suportar Jumbo Frames, Large Send Offload (LSO), Large Receive Offload (LRO), TCP Segmentation Offload (TSO) e Receive-side Scaling (RSS);

1.1.19.5. Pelo menos uma das placas deve suportar padrão OCP 3.0;

1.1.19.6. Possuir 2 (duas) portas de rede 1GBe Base-T;

1.1.20. Interface HBA (Host Bus Adapter):

1.1.20.1. Possuir 01 (uma) placas HBA SAS com no mínimo 2 portas de 12G SAS PCI;

1.1.20.2. Devem ser entregues juntos com as placas 2 (dois) cabos SAS com no mínimo 2 metros de comprimento;

1.1.21. Controladora RAID:

1.1.21.1. Controladora RAID, compatível com discos padrão SAS e SATA com Interface de 6Gb/s SATA/SAS e SAS com Interface de 12Gb/s;

1.1.21.2. Memória cache de no mínimo, 8GB (oito gigabytes) DDR4 2666 MT/s, sendo que esta quantidade total poderá ser atendida através de uma ou no máximo duas placas instaladas no servidor;

1.1.21.3. Suportar e implementar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 50 e 60;

- 1.1.21.4. Suportar expansão de capacidade on-line;
- 1.1.21.5. Suporte a recursos de hot swap para as unidades de disco rígido;
- 1.1.21.6. Suportar implementação de disco Dedicado e Global Hot-spare;
- 1.1.21.7. Suportar migração de nível de RAID;
- 1.1.21.8. Suportar Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART).
- 1.1.22. Armazenamento:
 - 1.1.22.1. Deve possuir 2 (dois) dispositivos padrão SSD de no mínimo 960GB em RAID 1 para o sistema operacional. Podem ser utilizados, SSD, m.2, BOSS, SSD SAS ou SSD SATA;
 - 1.1.22.2. Armazenamento bruto (raw) composto por, no mínimo, 08 (oito) unidades de disco rígido do tipo Sata de, no mínimo, 4TB hot pluggable, de 3,5 polegadas e interface de 6 Gb/s, 7.2K;
 - 1.1.22.3. Os discos rígidos devem ser do tipo hot plug e hot swap, que permita sua substituição sem necessidade de desligar o equipamento, garantindo a continuidade das operações sem impacto para as aplicações;
 - 1.1.22.4. Não serão aceitos discos em gabinetes externos ao servidor;
 - 1.1.22.5. Compatível com a controladora RAID descrita acima.
- 1.1.23. Sistema Operacional:
 - 1.1.23.1. Deve possuir Software Windows Server 2022 Standard perpétuo OEM, ou superior, licenciado para todos os núcleos do processador ofertado.
 - 1.1.23.2. Acompanhar mídia de inicialização e configuração do equipamento contendo todos os drivers de dispositivos de forma a permitir a fácil instalação do equipamento;
 - 1.1.23.3. O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os Drivers dos dispositivos, BIOS e Firmwares para o equipamento ofertado;
 - 1.1.23.4. O Licitante deverá comprovar que todos os componentes do objeto são novos(sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estão fora de linha de fabricação.

1.1.23.5. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Windows Server 2016 x64 ou superior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: [http://www.windowsservercatalog.com](http://www.windowsservercatalog.com;);

1.1.23.6. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 7 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat no link: <https://hardware.redhat.com/hwcert/index.cgi>;

1.1.23.7. O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema de virtualização VMware ESXi 6.7 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do Compatibility Guide da VMware no link: <http://www.vmware.com/resources/compatibility>.

1.1.24. Gerenciamento e Inventário:

1.1.24.1. O equipamento deve possuir solução de gerenciamento do próprio fabricante através de recursos de hardware e software com capacidade de prover funcionalidades seguintes;

1.1.24.2. Possuir software de gerência, com capacidade de gerenciamento remoto de um único equipamento (1:1) e vários equipamentos (1:N);

1.1.24.3. O equipamento deve possuir interface de rede dedicada para gerenciamento que suporte nativamente a atribuição de endereçamento IP dinâmico;

1.1.24.4. Permitir o monitoramento remoto, das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores;

1.1.24.5. Suportar os protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI;

1.1.24.6. Emitir alertas de anormalidade de hardware através do software de gerência e suportar o encaminhamento via e-mail e trap SNMP;

1.1.24.7. Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory/LDAP;

1.1.24.8. Permitir o controle remoto da console do servidor do tipo virtual KVM out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente;

1.1.24.9. Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e inicialização do sistema (boot), possibilitando uma depuração mais aprimorada;

1.1.24.10. As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento e independente de agentes ou sistema operacional;

1.1.24.11. Suportar configurações via script por REST API;

1.1.24.12. Suportar os protocolos de gerenciamento, IPMI 2.0 e SNMP v1,v2,v3, WMI, SSH, WS MAN e REDFISH;

1.1.24.13. Permitir customizar alertas e automatizar a execução de tarefas baseadas em script;

1.1.24.14. Permitir configurar os seguintes parâmetros de hardware, BIOS/UEFI, Controladoras RAID, Volumes de Armazenamento, interfaces de rede e gerenciamento, via templates;

1.1.24.15. Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível com a solução ofertada;

1.1.24.16. Permitir a criação de perfis (baselines) de configuração para detectar desvios relacionados ao firmware dos componentes de hardware;

1.1.24.17. Possuir informações de garantia e apresentar via relatório e ou scorecard, listando o tipo de garantia e data limite, em caso de limite notificar de forma automatizada para que seja possível ação da contratante;

1.1.24.18. Permitir a detecção de pré-falhas dos componentes de hardware.

1.1.24.19. Realizar a abertura automática ou semiautomatizada via sistema de gerenciamento, diretamente junto ao fabricante do equipamento em caso de falha de componentes de hardware;

1.1.24.20. Permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente de sistema operacional;

1.1.24.21. Deve possuir recurso remoto que permita o completo desligamento e reinicialização (Hard-Reset) remoto do equipamento através da interface de gerência ou através de solução alternativa (Hardware/Software);

1.1.24.22. Deve possuir ferramenta baseada em nuvem com aprendizado de máquina e logica analítica preditiva, possibilitando verificar a saúde, performance e planejamento da capacidade, trazendo uma visão unificada em um único portal.

1.1.24.23. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;

1.1.24.24. Permitir acesso do tipo Console Virtual, do mesmo fabricante dos servidores ofertados, que permita gerenciar, monitorar e configurar parâmetros físicos dos servidores de forma remota e centralizada;

1.1.24.25. O software de gerenciamento deve realizar descoberta automática dos servidores, permitindo inventariar os mesmos e seus componentes;

1.1.24.26. Suportar o monitoramento remoto (1:1 e 1:N) do consumo de energia elétrico e temperatura dos servidores, através de exibição gráfica, e permitir gerenciar parâmetros de consumo, com geração de alertas;

1.1.24.27. O equipamento deverá permitir a Detecção, Proteção e Recuperação contra vulnerabilidades e malware através de implementação de segurança baseada em silício para recursos como a interface de gerência ""Out of Band"" através de memória segura criptografada na interface para armazenar dados confidenciais. O processo de boot precisa ser verificado usando o conceito de ""Root of Trust"" baseada em silício para atender às recomendações do NIST SP 800-147B (""Diretrizes de proteção do BIOS para servidores"")

1.1.24.28. Possuir monitoramento do consumo de energia baseados no tempo (diariamente, semanalmente e ou faixa de datas);

1.1.24.29. Permitir agrupar dispositivos com base em funções, sistemas operacionais, e localização;

1.1.24.30. Permitir monitoração CONTÍNUA do sistema de energia e exibe os seguintes valores: Limites Críticos, Potência cumulativa, Consumo de energia médio;

1.1.24.31. A interface de gerência do servidor deve permitir a criação de grupos de modo a permitir o gerenciamento de outros servidores a partir de um único IP.

1.1.24.32. Permitir a criação de perfis de usuário com, no mínimo, 3 (três) diferentes níveis de acesso para gerenciamento das funcionalidades atribuídas a cada perfil, limitando o acesso total apenas aos administradores do sistema.

1.1.24.33. Deve possuir funcionalidade que permita que os discos locais do servidor sejam apagados de forma definitiva através de tecnologia de regravação de dados ou similar. Esta funcionalidade deve possibilitar que sejam definitivamente apagados quaisquer disco dentro do servidor, suportando, no mínimo discos físicos (HDDs), discos criptografados (SEDs) e dispositivos de memória não volátil (SSDs e NVMe).

1.1.24.34. Deve possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local.

1.1.24.35. As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade da mesma.

1.1.24.36. Deve possuir funcionalidade que permita a checagem pré-boot em nível de hardware da integridade do software de área de boot do sistema operacional;

1.1.24.37. Deve suportar mecanismos de autenticação por dois fatores de autenticação (2FA) no módulo de gerenciamento;

1.1.24.38. Deve possuir funcionalidade de recuperação de estado da BIOS/UEFI a uma versão anterior gravada em área de memória exclusiva e destinada a este fim, de modo a garantir recuperação em caso de eventuais falhas em atualizações ou incidentes de segurança.

1.1.24.39. A solução deverá possuir mecanismo de consulta e atualização rotineira de firmware para evitar a exposição a vulnerabilidades conhecidas. Uma programação periódica deve ser agendada e as atualizações podem ser aplicadas automaticamente.

1.1.24.40. A solução deverá prover o histórico de eventos (Registros de Logs), para uso como fonte de análise de incidentes e rastreabilidade de eventos. E ter a capacidade de exportar os Logs;

1.1.24.41. Possuir módulo de autenticação da integridade e confiabilidade do servidor baseado em hardware com suporte aos algoritmos de criptografia SHA1 e SHA256, além de certificação FIPS 140-2.

1.1.25. Acessórios:

1.1.25.1. Devem ser fornecidos junto com o equipamento, todos os acessórios e cabos necessários para o pleno funcionamento do mesmo.

1.1.26. Documentação Técnica:

1.1.26.1. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração.

1.1.27. Certificados:

1.1.27.1. Deve ser entregue certificação, realizada por empresa certificadora, comprovando que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950, Energy Star, 80 Plus Platinum, ou equivalentes, para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.

1.1.28. Serviços de instalação

1.1.28.1.1. Prazo máximo de conclusão: 10 dias

1.1.29. Escopo dos Serviços para Instalação Física dos Equipamentos:

1.1.29.1. Lista de cabos e interligações;

1.1.29.2. Conferência e retirada da embalagem;

1.1.29.3. Validação física dos componentes;

1.1.29.4. Organização do rack para implantação do novo ambiente e produtos;

- 1.1.29.5. Conexão dos equipamentos ao ambiente Lan legado (quando aplicável);
- 1.1.29.6. Consolidação do material de embalagem e notificação ao cliente que os materiais estão prontos para remoção;
- 1.1.29.7. Interligação e Configuração dos equipamentos de rede adquiridos;
- 1.1.29.8. Identificação e organização do cabeamento lógico, elétrico e KVM (quando aplicável) para posterior inserção na Documentação de instalação;
- 1.1.29.9. Ativação dos equipamentos na rede elétrica e lógica, e testes gerais do sistema;
- 1.1.29.10. Instalação e configuração de todos os softwares que compõem a solução, aplicando, se houver, todas as suas atualizações;
- 1.1.29.11. Testes funcionais e eventual atualização e otimização da configuração dos equipamentos (drivers, firmwares, etc.);
- 1.1.29.12. Integrar a solução fornecida, realizando todas as atividades necessárias ao bom funcionamento de toda a solução integrada;
- 1.1.30. Configuração lógica de todo o ambiente:
 - 1.1.30.1. Deve contemplar a instalação e configuração do Windows Server Standard.
 - 1.1.30.2. Aplicação das licenças nos servidores;
 - 1.1.30.3. Deve contemplar a configuração da interface de gerenciamento para acesso através da interface de cliente;
 - 1.1.30.4. Deve contemplar a configuração de toda a conectividade dos hosts;
 - 1.1.30.5. Deve contemplar a apresentação das luns do storage
 - 1.1.30.6. Deverá ser feito reunião com a equipe do Órgão para determinar a arquitetura da solução de backup a ser implementada;
 - 1.1.30.7. Instalar e configurar servidor onde será instalado o software de backup;

- 1.1.30.8. Realizar a instalação e configuração do software de backup seguindo as melhores práticas do fabricante;
- 1.1.30.9. Criação e definição das políticas de backup;
- 1.1.30.10. Definição das áreas a serem copiadas;
- 1.1.30.11. Integração com a tape library adquirida nesse mesmo lote;
- 1.1.30.12. Documentação das definições.
- 1.1.30.13. Escopo dos Serviços para Análise e Diagnósticos de Utilização do Software de Proteção e Recuperação:
- 1.1.30.14. Deverá ser feita a coleta de dados de utilização;
- 1.1.30.15. Análise dos dados para identificar possíveis anomalias;
- 1.1.30.16. Deverá ser produzido relatório contendo os resultados da análise e sugestões e correções;
- 1.1.30.17. A análise deverá ser realizada após 30 (trinta) dias da instalação.
- 1.1.31. Escopo de Operação Assistida
 - 1.1.31.1. Após a entrega da instalação do ambiente deverá ser feito reunião com a equipe do Órgão para determinar o início da operação assistida ao ambiente entregue, pelo menos pelo prazo de 30 dias;
 - 1.1.31.2. Os atendimentos devem ser em horário comercial e remotamente, apenas serão contemplados os equipamentos e softwares instalados da presente contratação e não entram no escopo de suporte os equipamentos previamente adquiridos pelo cliente.
- 1.1.32. REPASSE DE CONHECIMENTO
 - 1.1.32.1. Após a implantação/instalação dos equipamentos e softwares, a contratada deverá fornecer e/ou ministrar a transferência de conhecimento necessária para a operação dos sistemas fornecidos nas dependências da contratante, nas seguintes condições:
 - 1.1.32.2. A transferência de conhecimento deverá ser realizada em dias úteis, no período de 08h e 12h e de 14h e 18h (horário local);

1.1.32.3. A carga horária para o repasse de conhecimento para toda a solução implementada deve ser de no mínimo 8h podendo ser realizada remoto ou on-site;

1.1.32.4. Documentação geral do projeto, incluindo-se todos os itens, com todas as configurações feitas;

1.1.32.5. Definição dos testes de avaliação de funcionalidade, aderência e performance da solução se necessário;

1.1.32.6. O treinamento será do tipo hands-on para repasse tecnológico dos equipamentos e softwares instalados, bem como da customização realizada no ambiente.

1.1.32.7. O corpo técnico da contratante deverá acompanhar todos os procedimentos referentes à instalação, configuração dos equipamentos e migração dos dados/serviços.

3.1.2. O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

3.2. GARANTIA DO OBJETO

3.2.1. O prazo de garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, **84 (oitenta e quatro) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A contratada deverá assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retrocitado, considerando tratar-se de **equipamentos de infraestrutura crítica de tecnologia da informação**, que exigem elevado grau de confiabilidade, durabilidade e segurança operacional.

3.2.2. A garantia compreenderá a **manutenção preventiva e corretiva**, podendo implicar a realização de **substituição temporária** ou **troca definitiva** do equipamento, de modo a garantir a disponibilidade e o pleno funcionamento do objeto durante toda a vigência da garantia.

3.2.3. Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia incluem, de forma integral, a **substituição de peças, ajustes, reparos** e demais

procedimentos necessários para manter o objeto em perfeitas condições de uso, **sem ônus adicional** para a Administração Pública.

3.2.4. O serviço de manutenção do objeto durante o período de garantia será de **responsabilidade exclusiva da contratada**, que deverá dispor de **assistência técnica autorizada** ou centro de suporte capacitado para a realização das intervenções necessárias, assegurando a continuidade operacional dos serviços.

3.2.4.1. Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o equipamento substituto deverá possuir **características técnicas e desempenho igual ou superior** ao equipamento original, devendo estar em perfeito estado de funcionamento e ser devidamente homologado pela contratante.

3.2.4.2. O prazo máximo para substituição temporária do equipamento será de **até 05 (cinco) dias úteis**, e para a **troca definitiva**, de **até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da comunicação formal da falha pela contratante, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

3.2.5. Durante o período de garantia, todos os **custos de deslocamento, transporte, mão de obra e substituição de componentes** necessários para o pleno atendimento ao contrato serão de responsabilidade da contratada.

3.3. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.3.1. A entregue(s) bem(ns) será realizada de **forma futura e integral**, em remessa única, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho.

3.3.1.1. Considerando que a contratação prevê **obrigações futuras** relacionadas à **garantia e à assistência técnica dos equipamentos**, será formalizado **instrumento contratual**, em observância ao disposto no **art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**.

3.3.2. A entrega será realizada na Assessoria de Tecnologia da Informação - ASSTEC da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDEC, situada na

Av. Rio Branco, 104, Bairro do Recife, Recife-PE CEP 50.030-310, de segunda a sexta, no horário das 08h00 às 16h00, mediante agendamento prévio através do telefone (81) 3182-1722 ou pelo e-mail: cleyton.santos@sdec.pe.gov.br, onde os materiais serão conferidos e recebidos.

3.3.3. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

3.3.3.1. A instalação física e a configuração lógica dos equipamentos serão de responsabilidade exclusiva da **contratada**, incluindo a montagem no rack, conexão elétrica e de rede, e integração com o ambiente tecnológico existente, conforme especificações constantes no item **3.1 deste Termo de Referência** e no **Estudo Técnico Preliminar**.

3.3.3.2. O **transporte e o acondicionamento dos equipamentos** deverão ser realizados de forma a **assegurar a integridade e o pleno funcionamento dos bens**, utilizando embalagens originais do fabricante e meios de transporte adequados, que evitem vibrações, umidade ou impactos.

3.3.4. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas neste Termo de Referência;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas, de qualidade e de quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com consequente aceitação mediante **termo circunstanciado de recebimento definitivo**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

b.1.) O prazo para o recebimento definitivo poderá ser **excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período**, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;

3.3.7. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 10 dia(s) útil(eis) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.3.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 10 dia(s) útil(eis), contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 O valor estimado global da contratação é de R\$ 221.935,14 (duzentos e vinte e um mil e novecentos e trinta e cinco reais e quatorze centavos) distribuído no seguinte item:

a) Item I(ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 221.935,14 (duzentos e vinte e um mil e novecentos e trinta e cinco reais e quatorze centavos).

4.1.2 No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Fonte: 05000000000

UG: 260100

Unidade: 00116

Programa: 22.122.0450.4383.0000

Ação: 4383

Elemento de Despesa: 4.4.90

Categoria Econômica: EXECUTIVA - Outros

4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno

Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos itens/lotos forem superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que não há item de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui item exclusivos à participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual.

4.3.3. Em relação ao inciso III, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, **em que pese os valores dos itens serem superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) cada, a natureza desses bens não é divisível, restando, assim, prejudicada a divisão do presente objeto em cotas reservadas para a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte.**

Tal impossibilidade decorre do fato de que o objeto licitado, **aquisição de 2 (dois) servidores para rack, possui configuração técnica específica e interdependente, demandando padronização de hardware, compatibilidade entre componentes e integração com o ambiente de tecnologia da informação já existente, o que impossibilita o fracionamento sem comprometimento da funcionalidade, da eficiência e da segurança operacional do sistema.**

5. DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1. O objeto será executado por meio da forma de FORNECIMENTO INTEGRAL com entrega FUTURA.

5.1.2. O objeto será executado por meio do regime de **FORNECIMENTO COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO**, considerando que, além do fornecimento dos equipamentos (servidores para rack), haverá **prestação**

de serviços de suporte técnico, manutenção e assistência durante o período de garantia contratual de 84 (oitenta e quatro) meses, assegurando a plena funcionalidade e disponibilidade dos bens fornecidos.

5.1.3. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR ITEM.

5.1.4. O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto.

5.1.5. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostra adequada e eficiente para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que:

a) O objeto da presente contratação é de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado, para o qual a modalidade de licitação “pregão eletrônico” tem oferecido maior economia;

B) A disputa aberta é a mais parecida com o tipo usualmente realizado anteriormente pelo Estado, com bons índices de sucesso, especialmente no caso em apreço (objeto comum), que costuma atrair várias empresas aptas a participar do certame.

5.2. PROPOSTA

5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.2.2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1. Para o item servidores para rack e respectivos componentes, a(s) proposta(s) enviada(s) deverá(ão) ser acompanhada(s) de catálogo

técnico ou folder oficial do fabricante contendo as especificações completas do equipamento ofertado, ficha técnica detalhada com indicação de marca e modelo (e número de série, quando aplicável), bem como manuais, tutoriais, diagramas e demais documentações técnicas necessárias à instalação, configuração, operação, gerenciamento e manutenção da solução fornecida, em formato digital, atualizados e em conformidade com as melhores práticas do fabricante, de modo a permitir a conferência do atendimento às especificações mínimas descritas neste Termo de Referência.

5.2.2.2. O pregoeiro poderá solicitar à área técnica a emissão de parecer técnico com a finalidade de atestar sua conformidade acerca das especificações do objeto, tendo a área o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar seu parecer.

5.2.3. GARANTIA DA PROPOSTA

5.2.3.1. Não será exigida garantia de proposta nesta licitação, em observância ao disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto em questão consiste na **aquisição de equipamentos de informática (servidores)**, cujo fornecimento não apresenta risco significativo de inadimplemento na fase de apresentação de propostas.

5.2.3.2. A não exigência da garantia de proposta visa **assegurar ampla competitividade e evitar a oneração desnecessária dos licitantes**, atendendo aos princípios da **economicidade e da isonomia** previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.1.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.1.2. Será considerado compatível em características o fornecimento de equipamentos de porte e natureza semelhantes ao objeto licitado **(aquisição de equipamentos de informática (servidores))**.

5.3.1.3. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 01 atestado das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item;

5.3.1.4. Para fins de aferição do percentual mínimo de 01 (um) atestado relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.1.5. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, por se tratar de medida necessária para assegurar que a licitante possui capacidade técnico-operacional compatível com o objeto da contratação, demonstrando experiência prévia suficiente para executar o fornecimento com segurança, eficiência e dentro dos padrões de qualidade exigidos pela Administração, sem, contudo, restringir indevidamente a competitividade do certame.

5.4. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.4.1. Os requisitos de qualificação econômico-financeira serão descritos no Edital da presente contratação.

6. DO CONTRATO

6.1. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

6.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133,

de 2021, sem prejuízo do prazo de garantia do produto descrito no item 3.2 deste Termo de Referência.

6.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.2.1. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

6.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.3.1. As obrigações da **Contratante** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

6.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.4.1. Além das obrigações que serão dispostas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação, são requeridas as seguintes obrigações específicas na presente contratação:[j7]

6.4.1.1. Quando da assinatura do contrato, a empresa deverá apresentar Declaração do fabricante ou distribuidor autorizado, atestando a autenticidade do produto e a disponibilidade de assistência técnica e garantia no território nacional;

6.4.1.2. Além das especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, o fornecimento deverá observar as seguintes condições complementares necessárias à adequada implementação da solução:

a) Direitos autorais e propriedade intelectual

Todo software, firmware, drivers, utilitários e demais componentes necessários ao pleno funcionamento dos servidores deverão ser fornecidos com licenciamento regular, perpétuo ou dentro da política do fabricante, assegurando à Administração o direito de uso conforme as finalidades previstas nesta contratação.

b) Sigilo e segurança das informações

A contratada deverá manter absoluto sigilo sobre quaisquer dados, credenciais, configurações, registros, arquiteturas ou informações às quais tenha acesso durante a instalação, configuração e suporte técnico, comprometendo-se a utilizá-las exclusivamente para a execução contratual, sob pena de responsabilização.

c) Transferência de conhecimento

A contratada deverá realizar o repasse de conhecimento previsto no item 3.1 (m), garantindo que a equipe técnica da Contratante esteja apta a operar e administrar a solução, incluindo rotinas de monitoramento, ajustes, incidentes e procedimentos de suporte.

d) Nível mínimo de serviço (NMS)

Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar atendimento técnico conforme prazos e condições estabelecidas no item 3.2 deste Termo de Referência, inclusive quanto à substituição temporária, troca definitiva e manutenção.

6.5. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

6.5.1. Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), pelas seguintes razões expostas neste termo de referência. Não será exigida garantia contratual, considerando a baixa complexidade do objeto e visando evitar restrições à competitividade, conforme os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

6.6. DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

6.6.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que a execução do fornecimento pretendido no certame pode ser prestada na sua integralidade por qualquer empresa do ramo e não se demonstra a vantagem técnica ou econômica para a Administração Pública. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

6.7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.7.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame

7. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

7.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

8. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

8.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

8.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

8.2. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

8.2.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento

Anexo B – Modelo de proposta

Anexo C - ETP

Anexo D - Quadro Resumo

Recife, 27 de fevereiro de 2026

Cleyton Gonçalves Dos Santos

Matrícula: 1727982/01

Cargo: Gestor de Tecnologia da Informação

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 06/11/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/01/2025).

DATA DE VERSÃO DO TR
SAD

27/06/2025

ANEXO A

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO n° _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

OBSERVAÇÃO: No caso de fornecimento com entrega imediata em que o instrumento de contrato for dispensado, as infrações e sanções gerais e específicas encontram-se no Termo de Referência.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

ANEXO B**MODELO DE PROPOSTA**

(em papel timbrado do licitante)

Itens	Código E-Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1	5964440	SERVIDOR - PARA RACK,COM PROCESSADOR SERVER, 12 NUCLEOS, 24 THREADS, 16 GT/S,CLOCK 2.4GHZ, DE QPI OU HYPERTRANSPORT MINIMO DE 9.6 GT/S,MEMORIA RAM DDR5,DE 128GB RDIMM,CACHE NO MINIMO 33 MB,CONTROLADORA DE RAID EXCLUSIVA E DEDICADA 8GB DE CACHE,8 DISCOS HD E 2 DISCOS M.2,DISCOS HD COM 4TB E DISCOS M.2 COM 960 GB,PADRAO SATA 6GBPS 7.2K 512N 3.5" HOT PLUG,UNIDADE DE FITA,BARRAMENTO DA CONTROLADOR DE VIDEO PCIE, VGA,CONTROLADORA DE VIDEO PADRAO,,,,,TECLADO,MONITOR,MOUSE,COM PLACA DE REDE NO MINIMO 04 INTERFACES DE 10/25 GBE SFP28, COM PLACA DE REDE 02 PORTAS DE 1 GBE,COM GABINETE,RACK COM ALTURA DE 2U,GARANTIA DE 84 MESES,COM CABOS DE FORÇA, FIBRA OPTICA, REDE E SEUS ACESSORIOS	Unidade	R\$	02	R\$

A validade da proposta será de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Observação: A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

Data/Nome e assinatura do responsável

ANEXO C

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

DE TIC

Planejamento de Contratações de Soluções de TIC

Processo Administrativo nº SEI 2600000049.000928/2025-24

Aquisição de Servidores para Solução de infraestrutura integrada incluindo servidores virtuais, compartilhamento de recursos, utilização de recurso de backup, de substituir equipamentos obsoletos, fora de garantia e sem suporte (Hardware e software).

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
08/08/2025	1.0	Finalização da primeira versão do	Cleyton dos

documento		Santos
01/09/2025	2.0	Revisão do documento após análise da ATI Cleyton dos Santos
20/10/2025	3.0	Revisão efetuada em atendimento às considerações da ATI Cleyton dos Santos

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE TIC

1. PREÂMBULO

Este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo fundamentar a necessidade de aquisição de (02) dois servidores com especificações técnicas atualizadas, em substituição aos equipamentos atualmente alocados no ambiente de TI da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDEC. Os ativos (servidores) em operação encontram-se em fim de ciclo de vida, apresentando obsolescência de hardware, ausência de suporte técnico por parte do fabricante e incompatibilidade com versões recentes dos sistemas operacionais, visto que o sistema operacional Windows Server 2012 R2 encerrou o suporte para esta versão, conforme Doc. SEI nº 64303560, e que os equipamentos foram adquiridos em 2011. Tal cenário representa um risco elevado à integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações processadas, especialmente diante da crescente ameaça de incidentes cibernéticos, como ataques por Ransomware (sequestro de dados). Ademais, destaca-se que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDEC não dispõe, em seu parque computacional, equipamentos com capacidade técnica equivalente que possam ser realocados ou utilizados como contingenciamento/substituição, tampouco que atendam aos requisitos mínimos de segurança da informação exigidos pelas normativas vigentes com compatibilidade com a normas ISO 27001. Assim, a atualização da infraestrutura se configura como medida essencial para garantir a continuidade operacional dos serviços e a conformidade com as boas práticas de gestão de ativos de TI.

Fundamentação:

- Art. 6º, XX, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012;
- Art. 6º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 7º, §§ 3º, 4º, 5º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 9º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A aquisição de novos servidores corporativos com especificações atualizadas e compatíveis com os requisitos técnicos e de segurança vigentes, com o objetivo de substituir os equipamentos atualmente em operação. Os servidores existentes encontram-se tecnicamente defasados, com mais de 14 anos de operação contínua, apresentando hardware obsoleto, incompatível com atualizações de sistema operacional, e fora do ciclo de suporte do fabricante.

Essa condição inviabiliza a instalação e a execução de versões atualizadas do sistema operacional Microsoft Windows Server, comprometendo seriamente a segurança do ambiente, a estabilidade dos serviços e a conformidade com políticas de TI. Ressalta-se que a manutenção do ambiente em versões legadas e sem suporte oficial representa um vetor crítico para vulnerabilidades, podendo expor dados institucionais a ameaças como invasões, sequestro de dados (ransomware), perda de integridade das informações, além de dificultar a recuperação em caso de falhas.

Além disso, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDEC, responsável pela gestão dos ativos de TI, não dispõe de equipamentos equivalentes ou compatíveis que possam ser utilizados como substituição ou contingência, tampouco recursos que atendam aos requisitos de

desempenho, escalabilidade, virtualização e segurança demandados pelos sistemas atualmente em execução.

A nova contratação, que visa atender às demandas de desempenho, armazenamento, conectividade e confiabilidade da infraestrutura de TI, está alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA.024.SDEC/2025), com um valor total planejado de R\$ 423.547,7196, como descrito no Doc. SEI de nº 71323606.

A substituição dos servidores não apenas mitiga riscos operacionais e de segurança, mas também assegura a continuidade dos serviços prestados, a integridade dos dados institucionais e o alinhamento com as melhores práticas de governança de TI.

A) Equipamento sem garantia do fabricante;

B) Equipamento com baixa performance;

C) Obsolescência do servidor: equipamento adquirido em 2011, ou seja, com 14 (quatorze) anos de aquisição;

D) Incompatibilidade com ferramentas atualizadas: Não Suporta novas versões do sistema operacional Windows Server;

E) Falha de segurança: a defasagem tecnológica compromete a segurança das informações e comunicações, devido à falta de atualizações de segurança disponibilizadas pelo fabricante.

F) Alto custo de reposição de peças: peças difíceis de encontrar, tornando a reposição inviável ou muito custosa.

O ambiente de servidores do órgão é atualmente composto por **03 servidores físicos ativos**, 01 storage HP, 01 unidade de backup em fita, **01 KVM**, localizados no **Datacenter principal**, responsáveis por hospedar os serviços corporativos essenciais e ambientes de virtualização.

1. Estrutura Física dos Servidores

Os equipamentos estão instalados em um rack de 42U, com identificação patrimonial e controle de acesso físico restrito.

·Servidores (Unid. 03) – HP ProLiant DL380p Gen8

o Tipo: Rack 2U

o Processadores: 2x Intel Xeon E5-2650, 2.00GHz 2 Ghz (8 núcleos físicos e 16 threads,)

- o Memória RAM: 2 Pentes de 32 GB (64 GB DDR3)
- o Armazenamento: 2x discos SAS 280 GB (6K RPM) em RAID 10
- Configurado para sistema operacional
- o Controladora RAID: Smart Array P420i
- o Interfaces de rede: 4x Gigabit Ethernet (duas para rede de produção e duas para rede do Storage)
- o Finalidade: Hospedagem do ambiente de virtualização (Hiper-V).
- o Os 03 servidores funcionam com recurso Failover Clustering e a função Hyper-V

2. Virtualização e Armazenamento

Os servidores operam sob ambiente de Failover clustering com **Hiper-V**, com configuração de **alta disponibilidade (HA)**.

O armazenamento é realizado no Storage HP P2000 G3 46tera em discos locais, armazenado com integração ao **sistema de backup MSL2024 1 LTO-5 em fitas com retenção de 8 meses para os arquivos e retenção de 3 meses para as maquinas virtuais (Hyper-V), com software Veeam Backup e Replication Community Edition** para retenção de dados críticos.

3. Sistemas Operacionais e Licenciamento

·**Windows Server 2012 R2 Standard** – utilizado em recurso de Cluster com Hyper-V e máquinas virtuais para serviços de diretório, arquivos e aplicações administrativas, backup, Active Directory, Serviço de Atualização.

·**Server 22.04 LTS** – utilizado para hospedagem de sistemas web e monitoramento interno.

·**Debian LTS** – utilizado para serviço de Intranet (sistemas web) sistema de chamado interno

·Licenciamento ativo por meio de Microsoft Volume Licensing, além da utilização de distribuições Linux com suporte estendido (Ubuntu Server 22.04 LTS e Debian 12 LTS)..

4. Estrutura de Rede

Os servidores estão interligados à rede principal por meio de switches HP 1910-48G Switch Gigabit Ethernet (10/100/1000), configurados com isolamento de redes por switch para administração, produção e backup.

5. Climatização e Energia

O ambiente é climatizado por **ar-condicionado de precisão**, mantendo temperatura média de 22 °C.

A alimentação elétrica é proveniente de **nobreak SINUS DOUBLE II de 6 kVA**, com autonomia de 30 minutos.

Há cabeamento elétrico independente, aterramento dedicado.

6. Backup e Segurança

Os backups são executados diariamente pelo **software Veeam Backup e Replication Community Edition**, com cópias locais em fitas.

O acesso físico ao datacenter é restrito a técnicos autorizados.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º c/c § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Identificação da Área requisitante	Nome do responsável
------------------------------------	---------------------

ASSTEC	Cleyton dos Santos
--------	--------------------

Identificação da Área técnica	Nome do responsável
-------------------------------	---------------------

ASSTEC	Cleyton dos Santos
--------	--------------------

Fundamentação:

- Art. 4º, § 5, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

- Art. 6º, da Portaria ATI nº 44 de 30 de dezembro de 2024;

4. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (Doc. SEI nº 71323606), bem alinhada ao Plano de TIC 2025 do órgão. Enquadra-se nos objetivos estratégicos de modernização administrativa (Governança Digital), conforme OE1 do planejamento institucional.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 2º-G, da Lei nº 12.985, de 02 de janeiro de 2006;
- Art. 8º, inciso II, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Decreto nº 55.861, de 28 de novembro de 2023
- Art. 8º, Portaria Conjunta SAD/PGE nº 97, de 14 de dezembro de 2023;

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a **aquisição de 2 (dois) servidores de alto desempenho**, destinados à **implantação de uma solução de infraestrutura integrada**, contemplando **ambiente de virtualização, compartilhamento de recursos computacionais e integração com o sistema de backup corporativo existente**, com vistas a **substituir equipamentos obsoletos, fora de garantia e sem suporte técnico** (hardware e software).

Essa modernização visa garantir **maior disponibilidade, desempenho, segurança e escalabilidade** aos sistemas e serviços institucionais, assegurando a continuidade operacional e a conformidade com as boas práticas de gestão de tecnologia da informação.

Requisitos Funcionais

- Possibilitar a **consolidação de serviços** atualmente distribuídos em equipamentos legados, centralizando-os em ambiente virtualizado.
- Prover **recursos de processamento, memória e armazenamento compartilhados**, otimizando o uso da infraestrutura.
- Suportar **ambientes de produção, homologação e testes**, com capacidade de criação, migração e gerenciamento de máquinas virtuais.
- Permitir a **integração com o sistema de backup corporativo (Veeam Backup)** e ferramentas de inventário (Ocs Inventory), sistema de chamado (em implantação).
- Assegurar **alta disponibilidade (HA) e continuidade dos serviços críticos**, mesmo em caso de falhas de hardware.
- Oferecer **gerenciamento centralizado** e compatibilidade com a infraestrutura de rede e domínio existentes.

Requisitos Técnicos

- Tipo:** Servidores rack 2U, padrão datacenter, com trilhos e cabos de alimentação inclusos.
- Processadores:** mínimo de 2 (dois) processadores 24 THREADS, 16 GT/S, CLOCK 2.4GHZ, totalizando pelo menos **12 núcleos físicos por servidor**, com suporte a virtualização (VT-x/AMD-V).
- Sistema Operacional:** Os equipamentos deverão vir com sistema operacional Windows Server 2022 Standard ou Windows Server 2025 Standard
- Memória RAM:** mínimo de **128 GB DDR5** por servidor, com suporte a expansão até 512 GB.
- Armazenamento:** Deve possuir 2 (dois) dispositivos padrão SSD de no mínimo 960GB em RAID 1 para o sistema operacional. Podem ser utilizados, SSD, m.2, BOSS, SSD SAS ou SSD SATA e mínimo de **4 TB úteis** por servidor, podendo ser em 8 discos 3,5 polegadas e interface de 6 Gb/s, 7.2K por servidor, configurados em RAID 10.
- Controladora RAID:** hardware dedicado com cache e bateria de retenção (BBU).

- Interfaces de Rede:** mínimo de **4 portas Gigabit Ethernet** por servidor, sendo duas destinadas à rede de produção e duas para rede do Storage
- Gerenciamento remoto:** iLO ou equivalente, com acesso via web e integração com Active Directory.
- Compatibilidade:** com sistemas **Hyper-V, Windows Server 2022/2025, Linux Ubuntu Server 22.04 LTS e Debian 12 LTS**
- Garantia:** suporte técnico e atualização de firmware garantidos pelo fabricante por no mínimo **84 (oitenta e quatro) meses**.

Requisitos de Suporte e Garantia

- Garantia mínima de **84 meses on-site**, com atendimento técnico em até 24 horas úteis após abertura de chamado.
- Acesso a **suporte técnico remoto** do fabricante e **atualizações de firmware e drivers** durante todo o período da garantia.
- Fornecimento de **documentação técnica completa** (hardware, BIOS, firmware e operação).
- Treinamento básico para a equipe técnica do órgão sobre **gerenciamento e operação da solução**.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso III, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

5.1. PREMISSAS

A presente contratação parte das seguintes premissas, que são fundamentais para o sucesso do processo e a implementação da solução:

- **Disponibilidade orçamentária:** A contratação está condicionada à aprovação e disponibilidade de recursos no orçamento do órgão para o exercício de 2025, conforme previsto no Plano de Contratações Anual (PCA.024.SDEC/2025).
- **Ausência de obstáculos no processo licitatório:** A tramitação do processo não enfrentará impeditivos de caráter jurídico, técnico ou administrativo que possam atrasar ou inviabilizar a contratação.
- **Adequação do espaço físico:** O ambiente do órgão (sala de servidores/datacenter) estará devidamente preparado, com energia elétrica, climatização e espaço em rack disponíveis e adequados para a instalação dos novos equipamentos.
- **Conformidade dos equipamentos:** Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, de fábrica, e entregues em embalagem lacrada.
- **Garantia e suporte:** O fornecimento deve incluir uma garantia de fábrica que cubra os equipamentos pelo período de 84 meses (7 anos), o que é essencial para mitigar riscos de manutenção e falhas operacionais.
- **Compatibilidade de software:** Os equipamentos fornecidos deverão incluir as licenças de software necessárias, como Windows Server 2022 Standard ou 2025 Standard, de forma pré-instalada e licenciada, garantindo pronta integração ao ambiente da SDEC.
- **Escalabilidade e Atualização Tecnológica:** Os equipamentos adquiridos deverão permitir expansão futura de memória, armazenamento e interfaces de rede, garantindo que a infraestrutura acompanhe o crescimento da demanda sem necessidade de substituição prematura.

Trata-se de um equipamento com características técnicas específicas, cuja estimativa de valores não pode ser obtida por meio de simples consulta a fontes públicas de preços, como o Painel de Preços do Governo Federal. Diante da complexidade e particularidade do objeto, a realização de cotações junto a fornecedores especializados torna-se essencial para assegurar a compatibilidade técnica com os sistemas existentes, a obtenção do melhor custo-benefício e a regularidade do processo de contratação, como descrito no mapa de preço SEI: 70854079.

5.2. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

A aquisição dos novos servidores é uma demanda estratégica para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC) e visa resolver uma série de problemas críticos que afetam diretamente a capacidade do órgão de operar com segurança, eficiência e continuidade. As necessidades de negócio que fundamentam esta contratação são:

- **Garantir a Continuidade dos Serviços Críticos:** O servidor atual, por ser obsoleto e sem garantia, coloca em risco a continuidade de serviços essenciais como máquinas virtuais, sistemas de arquivos (armazenamento), monitoramento, Active Directory e backup. A falha inesperada deste equipamento comprometeria a operação diária da SDEC.
- **Fortalecer a Segurança da Informação:** A maior vulnerabilidade do ambiente de TI reside no uso de um sistema operacional sem suporte (Windows Server 2012 R2), que não recebe mais atualizações de segurança, como descrito no Doc. SEI nº 64303560. Essa condição expõe a infraestrutura a ataques cibernéticos, como ransomware, que podem causar perda ou criptografia de dados críticos e interrupção total dos serviços.
- **Melhorar a Eficiência Operacional e o Desempenho:** A baixa performance do equipamento atual dificulta a execução de tarefas rotineiras, impactando a produtividade das equipes. A nova solução visa proporcionar o desempenho necessário para a execução de aplicações corporativas, gerenciamento de dados e hospedagem de sistemas.
- **Reduzir Riscos e Custos de Manutenção:** A falta de garantia e suporte técnico do servidor existente aumenta a probabilidade de custos elevados com reparos emergenciais ou até mesmo a necessidade de substituição completa do equipamento sem planejamento prévio. A nova contratação, com garantia de 84 meses, mitiga esses riscos e assegura a estabilidade financeira e operacional a longo prazo.
- **Apoiar o Crescimento e a Modernização da SDEC:** A aquisição é um passo fundamental para atualizar o parque tecnológico do órgão, garantindo que a infraestrutura de TI seja capaz de suportar o

crescimento futuro, a adoção de novas tecnologias e a contínua digitalização dos processos da Secretaria.

Identificador da NN	Descrição	Origem
<p>NN 01</p>	Garantir a Continuidade dos Serviços Críticos	<p>Obsolescência e falta de garantia do hardware, que comprometem a operação e a continuidade dos serviços essenciais.</p>
<p>NN 02</p>	Fortalecer a Segurança da Informação	<p>Servidor com sistema operacional Windows Server 2012 R2, que não recebe mais atualizações de segurança e expõe a infraestrutura a ataques cibernéticos.</p>
<p>NN 03</p>	Melhorar a Eficiência Operacional e o Desempenho	<p>Baixa performance do equipamento atual, adquirido em 2011, que afeta a produtividade das equipes.</p>
<p>NN 04</p>	Reduzir Riscos e Custos de Manutenção	<p>Falta de garantia do fabricante e alto custo de</p>

NN 05

Apoiar o Crescimento e a Modernização da
SDEC

reposição de
peças para o
equipamento
obsoleto.

Alinhamento
com o
planejamento
setorial de TIC
e a
necessidade
de atualizar o
parque
computacional
para os
próximos anos.

5.3. NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

A presente contratação é motivada por uma série de necessidades tecnológicas críticas, diretamente relacionadas aos riscos identificados no ambiente atual de TI da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC). A solução a ser adquirida deve endereçar os seguintes pontos para garantir a operação segura, eficiente e contínua do órgão:

- **Segurança da Informação e dos Dados:** A nova infraestrutura deve ser capaz de hospedar um ambiente de TI que atenda aos requisitos atuais de segurança, incluindo a implementação de políticas de backup, criptografia de dados e proteção contra vulnerabilidades cibernéticas. O servidor atual, com o sistema operacional Windows Server 2012 R2 sem suporte, expõe a SDEC a riscos como ataques de ransomware. A nova solução deve mitigar esses riscos de forma efetiva.
- **Suporte à Virtualização:** O servidor deve ser compatível e possuir capacidade de processamento e memória para suportar a criação de máquinas virtuais, o que é fundamental para consolidar serviços, otimizar recursos e gerenciar sistemas de forma mais flexível e eficiente.

- **Redução de Indisponibilidade e Alta Disponibilidade:** A solução proposta deve ter mecanismos de redundância, como fontes de energia duplas e, se possível, armazenamento redundante, para minimizar o risco de falhas técnicas e garantir a continuidade dos serviços críticos do órgão. A aquisição visa substituir um equipamento sem garantia do fabricante, que pode comprometer a operação e gerar custos inesperados.
- **Performance e Escalabilidade:** O novo servidor deve apresentar performance superior e capacidade de escalabilidade para atender às crescentes demandas por processamento e armazenamento, garantindo que a infraestrutura de TI seja capaz de suportar as operações da SDEC nos próximos anos.
- **Compatibilidade e Integração:** A solução deve ser compatível com as licenças de software existentes e com as que serão adquiridas, como o Windows Server 2022 ou 2025 Standard, para permitir uma integração fluida com o ecossistema de TI do órgão.

Identificador da NT	Descrição	Origem
NT 01	Segurança da Informação e dos Dados	alta de suporte e atualizações do sistema operacional Windows Server 2012 R2, que expõe o órgão a ataques cibernéticos e vulnerabilidades.
NT 02	Suporte a virtualização	Necessidade de consolidação de servidores e otimização de recursos para aumentar a eficiência na gestão do ambiente de TI.
NT 03	Redução da indisponibilidade	Risco de falha de hardware do equipamento obsoleto, que não oferece redundância ou garantia, podendo

		causar interrupção dos serviços.
NT 04	Performance e Escalabilidade	Demanda crescente por processamento e armazenamento e necessidade de projetar uma infraestrutura capaz de atender às operações da SDEC para os próximos anos
NT 05	Compatibilidade e Integração	Garantir que a nova solução se integre perfeitamente com o ecossistema de TI existente e com as novas licenças de software a serem adquiridas (Windows Server 2022 Standard ou 2025 Standard), idioma: pt br

5.4. REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

- Prestação de serviços/suporte;
- Tempo de resposta máximo para chamados críticos.
- Compatibilidade operacional, memória RAM expansível,
- Armazenamento escalável,
- Múltiplas interfaces de rede,
- Fonte redundante, monitoramento proativo,
- Facilidade de atualização e integração ao ambiente de TI do órgão,
- Garantia de confidencialidade das informações acessadas durante os serviços.

Fundamentação:

- Art. 41º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Deve-se realizar levantamento das soluções disponíveis que possam atender às necessidades da contratação para, considerando as possibilidades descritas abaixo:

- a) Necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas;
- b) As alternativas do mercado;
- c) As políticas, os modelos e os padrões de governo, quando aplicáveis;
- d) Os diferentes modelos de prestação do serviço;
- e) Os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;
- f) A possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço;
- g) A ampliação ou substituição da solução implantada; e
- h) As diferentes métricas de prestação do serviço e de pagamento.

Com base neste levantamento, cenários ou arranjos poderão ser formados para compor as soluções possíveis para atendimento da necessidade.

- **Alternativa A: Aquisição de Novos Servidores.** A compra de novos equipamentos, dimensionados para atender às demandas de desempenho, armazenamento e segurança da infraestrutura de TI, foi considerada a principal solução para modernizar o parque tecnológico da SDEC. Foram realizadas cotações diretas com fornecedores especializados para estimar os valores e garantir a compatibilidade técnica.

● **Alternativa B: Locação ou Comodato de Equipamentos.**

● O aluguel ou empréstimo de servidores foi avaliado como uma alternativa para obter os equipamentos sem a necessidade de um investimento inicial elevado. No entanto, esta opção não se mostrou economicamente viável no longo prazo.

● Com base em cotações públicas para servidores de configurações mais simples, o custo médio de locação se aproxima de R\$ 1.000,00 por mês. Projetando esse valor para a vida útil esperada do equipamento, que é de 7 anos (84 meses), o custo total da locação seria de R\$ 168.000,00 para os dois servidores.

● Entretanto, é fundamental ressaltar que as especificações técnicas da solução desejada (128GB de RAM, dois processadores, 4TB de armazenamento) são superiores às dos servidores pesquisados, o que elevaria o valor do aluguel mensal a um patamar ainda mais alto. Além disso, a locação não transfere a propriedade do equipamento, e o custo total da operação no período de 7 anos é significativamente superior ao valor de aquisição de R\$ 220.800,00, que já inclui a garantia estendida e o suporte técnico necessários.

● A modalidade de comodato, por sua vez, também foi descartada, pois não garante o controle total sobre o hardware e pode gerar custos adicionais de manutenção e suporte. Fontes de pesquisas: Alugue um servidor Dell ou HP; Servidor VPS com Planos a partir R\$ 29/mês - KingHost; VPS no Brasil - Servidor Windows ou Linux | a partir de R\$ 15,90 - Locaweb

● **Alternativa C: Continuação do Uso do Servidor Atual com Aquisição de Suporte Estendido (ESUs).** Foi considerada a possibilidade de manter o servidor atual e adquirir as Atualizações de Segurança Estendida (ESUs) diretamente da Microsoft. Esta alternativa foi descartada por ser financeiramente inviável no longo prazo, com custos anuais crescentes equivalentes ao preço da licença, e por não resolver o problema de falha eminente do hardware obsoleto, que já se encontra fora de garantia.

● **Avaliação das Alternativas e Ganhos de Eficiência:** A aquisição de novos servidores (Alternativa A) foi a opção selecionada por oferecer a melhor relação de custo-benefício e por solucionar os problemas

identificados na origem da demanda. Esta solução proporcionará ganhos de eficiência administrativa significativos, como:

- **Melhora no desempenho:** A nova infraestrutura irá acelerar a execução de tarefas rotineiras, aumentando a produtividade das equipes.
- **Redução de riscos e custos de manutenção:** A garantia de 84 meses e a substituição de um equipamento obsoleto mitigam a probabilidade de falhas e eliminam custos inesperados com reparos emergenciais.
- **Maior segurança:** A compatibilidade com versões atuais do Windows Server (2022/2025) proporciona um ambiente mais protegido, com atualizações de segurança contínuas e suporte ativo da Microsoft, mitigando riscos elevados como ataques de ransomware, frequentemente direcionados a sistemas obsoletos.
- **Ambiente Físico e Migração:** O ambiente da SDEC (sala de servidores/datacenter) já está devidamente preparado, com energia elétrica, climatização e espaço em rack adequados para a instalação dos novos equipamentos, conforme previsto nas premissas do projeto. A migração da solução será realizada através da **substituição** do servidor obsoleto pelo novo, com um plano de transição que visa garantir a continuidade dos serviços críticos.

Levantamento de Preços

Para atender ao requisito de economicidade, foi realizada uma cotação direta com fornecedores para identificar os valores de mercado da solução proposta. A pesquisa resultou nos seguintes orçamentos:

Fornecedor	Quant. de Servidores	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
PLUGNET	02	R\$ 320.000,00	R\$ 640.000,00
FHB TECNOLOGIA	02	R\$ 232.525,00	R\$ 465.050,00
G3 Comercio e Sistema Ltda	02	R\$ 207.320,05	R\$ 414.640,10
MW Microware	02	R\$ 110.400,00	R\$ 220.800,00

O valor estimado total para a contratação, com base no menor preço, é de R\$ 220.800,00. Este valor está abaixo do orçamento máximo planejado no Plano de Contratações Anual (PCA) de R\$ 423.547,72, o que assegura a viabilidade orçamentária da aquisição.

A aquisição do servidor para rack com as especificações exigidas é necessária para atender às demandas técnicas de desempenho, armazenamento, conectividade e confiabilidade da infraestrutura de TI. Por se tratar de um equipamento com características específicas, não é possível estimar valores por meio de simples pesquisa pública de preços. A cotação direta com fornecedores visa garantir a compatibilidade técnica, o melhor custo-benefício e a regularidade da contratação.

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Aquisição de novos servidores
2	Locação ou Comodato de equipamentos
3	Continuação do uso do servidor atual com aquisição de ESUs

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Atualmente, o ambiente de servidores do órgão é composto por três servidores físicos ativos, um storage HP, uma unidade de backup em fita e um KVM, todos instalados no datacenter principal. Essa infraestrutura é

responsável por hospedar os serviços corporativos essenciais, bem como o ambiente de virtualização.

1. Estrutura Física

Os equipamentos estão organizados em um rack padrão de 42U, devidamente identificados com patrimônio e com acesso físico controlado.

Servidores (03 unidades) – HP ProLiant DL380p Gen8

Formato: Rack 2U

Processadores: 2x Intel Xeon E5-2650, 2.00GHz (8 núcleos físicos / 16 threads)

Memória RAM: 64 GB DDR3 (2 módulos de 32 GB)

Armazenamento: 2x discos SAS de 280 GB (6K RPM), configurados em RAID 10 para o sistema operacional

Controladora RAID: Smart Array P420i

Interfaces de Rede: 4x Gigabit Ethernet (2 para rede de produção, 2 para rede do storage)

Finalidade: Hospedagem do ambiente de virtualização (Hyper-V) com Failover Clustering ativo

2. Virtualização e Armazenamento

Os três servidores operam em um cluster de alta disponibilidade (HA) com a tecnologia Microsoft Hyper-V. O armazenamento é centralizado no **HP StorageWorks P2000 G3**, com capacidade bruta de 46 TB, integrado a uma unidade de backup **HP MSL2024** com fitas LTO-5.

Backup: Utiliza o software Veeam Backup & Replication (Community Edition)

Retenção:

- Arquivos: 8 meses
- Máquinas virtuais: 3 meses

3. Sistemas Operacionais e Licenciamento

- Windows Server 2012 R2 Standard

- Utilizado em ambiente clusterizado com Hyper-V, hospedando serviços como Active Directory, arquivos, aplicações administrativas e sistema de backup.

o **Ubuntu Server 22.04 LTS**

- Dedicado à hospedagem de sistemas web e ferramentas de monitoramento interno.

o **Debian 12 LTS**

- Utilizado para serviços de intranet e sistema de chamados internos.

- **Licenciamento:**

o O ambiente conta com licenciamento ativo via Microsoft Volume Licensing, além do uso de distribuições Linux com suporte estendido.

4. Estrutura de Rede

Os servidores estão conectados à rede principal por meio de switches **HP 1910-48G Gigabit**, segmentados logicamente, para separar os tráfegos de administração, produção e backup.

5. Climatização e Energia

O datacenter conta com sistema de climatização por ar-condicionado de precisão, mantendo temperatura controlada em torno de **22 °C**. A alimentação elétrica é assegurada por **no-break SINUS DOUBLE II de 6 kVA**, com autonomia de até **30 minutos**. Existe cabeamento elétrico dedicado, com aterramento independente.

6. Backup e Segurança

As rotinas de backup são realizadas diariamente com o Veeam Backup & Replication, com cópias em fita para retenção de longo prazo. O acesso físico ao datacenter é estritamente controlado, autorizado apenas a técnicos previamente cadastrados.

A estimativa da quantidade de **dois servidores físicos** a serem adquiridos foi definida com base na atual infraestrutura tecnológica em operação no ambiente da SDEC, bem como da necessidade de garantir alta disponibilidade, desempenho adequado e continuidade dos serviços críticos suportados pelos ativos existentes.

Atualmente, a infraestrutura da Secretaria é responsável por hospedar serviços essenciais, tais como:

- File Server (armazenamento e compartilhamento de arquivos institucionais);
- Servidor de Impressão;
- Hyper-V (virtualização de máquinas e serviços);
- Active Directory (autenticação e controle de domínio);
- Cluster de Alta Disponibilidade;
- OCS Inventory (gerenciamento de ativos de TI);
- Servidor de Backup de Arquivos;
- Servidor de Atualizações (WSUS ou similar);
- Controle de Acesso à Internet (proxy/firewall ou solução integrada).

Para garantir a continuidade desses serviços de forma segura, estável e escalável, é imprescindível dispor de **dois servidores físicos**, de forma a permitir:

- **Ambiente de Virtualização Redundante** – A utilização de dois servidores possibilita a implementação de um cluster de virtualização (Hyper-V Failover Cluster), garantindo a alta disponibilidade dos serviços mesmo em caso de falha em um dos equipamentos;
- **Distribuição de Carga de Trabalho** – A segmentação das máquinas virtuais entre dois hosts físicos permite melhor balanceamento de carga, maior desempenho e flexibilidade na manutenção preventiva e corretiva dos sistemas;
- **Segurança Operacional e Tolerância a Falhas** – A presença de dois servidores assegura a continuidade das operações críticas em caso de falha física de um dos equipamentos, evitando paralisações nos serviços prestados à unidade;
- **Crescimento e Escalabilidade** – A estrutura dual permite absorver demandas futuras, sem comprometer o desempenho ou a segurança da atual infraestrutura, sendo compatível com práticas de governança de TI voltadas à expansão planejada de recursos.

Assim, a quantidade estimada de dois servidores justifica-se não apenas pela substituição dos equipamentos obsoletos, mas também pela necessidade de modernização da arquitetura tecnológica, alinhada às boas práticas de disponibilidade, segurança e gestão eficiente dos recursos computacionais.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 24º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 40º, caput, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

8. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

A presente análise comparativa avalia as alternativas de contratação identificada no Levantamento de Mercado, confrontando-as com as necessidades de negócio e tecnológicas da SDEC, a fim de determinar a solução mais vantajosa.

● **Cenário A: Aquisição de Novos Servidores**

Vantagens: Esta solução é a única que atende plenamente a todas as necessidades identificadas. Proporciona equipamentos novos, com garantia estendida (84 meses), o que garante a continuidade operacional e a segurança da informação a longo prazo. O hardware moderno oferece a performance e escalabilidade necessárias para suportar a virtualização e o crescimento da infraestrutura. A aquisição de dois servidores permite a configuração de um ambiente de **com disponibilidade de recursos compartilhados para a infraestrutura (File Server, Hyper-V, Print Server, AD, aplicações internas)**, reduzindo drasticamente o risco de indisponibilidade de serviços.

Desvantagens: Representa um investimento inicial mais elevado em comparação com as outras alternativas.

● Cenário B: Locação ou Comodato de Equipamentos

Vantagens: Pode reduzir o investimento inicial, substituindo-o por pagamentos periódicos.

Desvantagens: Não atende às necessidades de forma ideal. A locação geralmente envolve equipamentos com configurações fixas e pode não permitir a personalização necessária para o ambiente da SDEC. O custo total do ciclo de vida da solução (TCO) tende a ser superior ao da aquisição, e há pouca flexibilidade nas garantias e no controle sobre a manutenção. Esta alternativa não assegura a total propriedade e controle sobre a infraestrutura, o que é um risco para a segurança e continuidade do negócio.

● Cenário C: Continuação do Uso do Servidor Atual com Aquisição de ESUs

Vantagens: É a alternativa de menor custo inicial. A aquisição das Atualizações de Segurança Estendida (ESUs) da Microsoft resolve, temporariamente, o problema de falta de suporte de segurança do sistema operacional.

Desvantagens: Esta solução é a menos viável a longo prazo. Ela não resolve a obsolescência do hardware, que permanece sem garantia do fabricante e com baixa performance. O risco de falha física do equipamento continua elevado, podendo levar a uma indisponibilidade total e inesperada. Além disso, as ESUs são um custo recorrente, e o

hardware limitado não suporta a escalabilidade ou a performance necessária para novas aplicações.

Conclusão da Análise Comparativa

Após a avaliação dos cenários, a **Aquisição de Novos Servidores** se mostra como a única solução que atende integralmente a todas as necessidades de negócio e tecnológicas da SDEC. Embora tenha um custo inicial maior, ela oferece o melhor custo-benefício e a maior mitigação de riscos a longo prazo, garantindo segurança, estabilidade, performance e escalabilidade. Os demais cenários não são capazes de resolver a causa raiz da necessidade e, portanto, são considerados inviáveis para uma solução de infraestrutura crítica.

		Cenários		
Negócio	Requisitos	Cenário A: Aquisição de Novos Servidores	Cenário B: Locação ou Comodato de Equipamentos	Cenário C: Continuação do Servidor Atual com ESUs
	Garantir a Continuidade dos Serviços Críticos (NN-01)	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende
	Fortalecer a Segurança da Informação (NN-02)	Atende	Atende Parcialmente	Atende Parcialmente
	Melhorar a Eficiência Operacional e o Desempenho (NN-03)	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende
	Reduzir Riscos e Custos de Manutenção (NN-04)	Atende	Não Atende	Não Atende

Tecnológico	Apoiar o Crescimento e a Modernização da SDEC (NN-05)	Atende	Não Atende	Não Atende
	Segurança da Informação e dos Dados (NT-01)	Atende	Atende Parcialmente	Atende Parcialmente
	Suporte à Virtualização (NT-02)	Atende	Não Atende	Não Atende
	Redução de Indisponibilidade e Alta Disponibilidade (NT-03)	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende
	Performance e Escalabilidade (NT-04)	Atende	Não Atende	Não Atende
	Compatibilidade e Integração (NT-05)	Atende	Não Atende	Não Atende
Resultado da Análise		Viável	Atende Parcialmente	Não Atende

9. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Esta seção registra as alternativas de solução que foram avaliadas durante o processo de levantamento de mercado, mas que, após análise, foram consideradas inviáveis por não atenderem plenamente às necessidades de negócio e tecnológicas da SDEC.

Locação ou Comodato de Equipamentos: Esta alternativa foi descartada por não ser a mais vantajosa economicamente a longo prazo e por apresentar riscos à segurança e à continuidade dos serviços. O custo total do ciclo de vida da solução (TCO) seria superior ao da aquisição, e a falta

de controle sobre o hardware e a garantia do fabricante tornam-na uma opção menos segura e flexível.

Continuação do Uso do Servidor Atual com Aquisição de ESUs: Embora fosse a opção de menor custo inicial, esta alternativa foi considerada inviável por não resolver a causa raiz do problema. A obsolescência do hardware permanece, tornando o equipamento vulnerável a falhas físicas e com baixa performance. O custo das ESUs, embora resolva a questão da segurança do sistema operacional, é uma despesa recorrente que não se justifica para um equipamento sem garantia.

Soluções de Menor Porte (Micro Servidores, Desktops, etc.): Essas soluções foram descartadas por não atenderem às exigências de segurança, virtualização, redundância e alta disponibilidade. Elas não possuem a robustez necessária para suportar a infraestrutura de TI da SDEC e os serviços críticos que operam no ambiente virtualizado.

10. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

A análise de custos foi realizada com foco na alternativa de aquisição, considerada a única solução viável e mais vantajosa a longo prazo, conforme justificativas apresentadas nos itens anteriores. A metodologia do Custo Total de Propriedade (TCO) foi empregada para avaliar todos os custos diretos e indiretos ao longo do ciclo de vida da solução, estimado em 84 meses (7 anos).

Análise do TCO para a Alternativa de Aquisição

Custo	Descrição	Valor Estimado (R\$)	Observações
Custo de Aquisição	Valor total da compra dos 02 servidores, conforme cotação direta.	R\$ 220.800,00	Comprovado pelo Mapa Comparativo de Preços nº SEI: 70854079.

Custo	Descrição	Valor Estimado (R\$)	Observações
Custo de Implementação	Custos de instalação e configuração dos servidores.	Não se aplica	Previsto para ser realizado pela equipe interna de TI do órgão, sem custos adicionais.
Custo de Manutenção	Manutenção corretiva e preventiva.	Não se aplica	A aquisição inclui garantia e suporte total dos equipamentos pelo período de 84 meses (7 anos), sem custos adicionais.
Custo de Energia e Climatização	Consumo energético dos equipamentos e carga térmica adicional.	Indeterminado	Os novos equipamentos não representarão um aumento significativo na infraestrutura e nos custos operacionais atuais do órgão.
Custo Total da Solução	Soma dos custos diretos e indiretos ao longo de 7 anos.	R\$ 220.800,00	O TCO da aquisição se resume ao investimento inicial, sendo a opção mais vantajosa.

A estimativa do Custo Total de Propriedade da solução de aquisição de servidores se resume ao investimento inicial, devido à garantia estendida de 84 meses que cobre os custos de manutenção e suporte. Esta análise reforça que a alternativa de compra é a mais econômica e segura no ciclo de vida da solução, especialmente quando comparada à locação, que apresentaria custos recorrentes e totais superiores, conforme registrado na seção de soluções inviáveis.

10.1.CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Solução Viável 1 – Descrição da Solução 1

Ano -->	1	2	3	N (até 7 anos)
ITEM				
Custo de Aquisição	R\$ 220.800,00	Não se	Não se	Não se aplica

			aplica	aplica	
Custo de Implementação		Incluso no valor do orçamento	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Custo de Manutenção		A aquisição inclui garantia e suporte total dos equipamentos pelo período de 84 meses (7 anos), sem custos adicionais.			
Custo de Energia e Climatização		Os novos equipamentos não representarão um aumento significativo na infraestrutura e nos custos operacionais atuais do órgão.			
Custo Total no Ano	R\$ 220.800,00		Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Custo Total de Propriedade da Solução Viável 1					R\$ 220.800,00

Origem dos Dados e Metodologia de Cálculo do TCO

A estimativa de custos que subsidiou a análise do TCO (Custo Total de Propriedade) para a alternativa de aquisição teve a seguinte origem e metodologia:

- **Custo de Aquisição:** O valor de **R\$ 220.800,00** foi obtido por meio de cotação direta com fornecedores especializados, conforme demonstrado no **Mapa Comparativo de Preços**, com número de processo SEI 2600000049.000928/2025-24. Este método foi adotado porque não é possível estimar valores para um equipamento com características tão específicas por meio de simples pesquisa pública de preços.
- **Demais Custos (Implementação, Manutenção, Energia):** Os custos de implementação e manutenção foram considerados nulos (R\$ 0,00) com base em premissas técnicas e contratuais. A instalação será realizada pela equipe de TI do próprio órgão com auxílio do fornecedor, valor incluso, e a manutenção e o suporte serão integralmente cobertos pela garantia estendida de 84 meses (7 anos) incluída na aquisição. A ausência de custos significativos de energia e climatização se justifica pela substituição de uma infraestrutura existente e a adequação do ambiente físico.

O cálculo do TCO ao longo do ciclo de vida de 7 anos demonstra que a solução se resume ao investimento inicial, tornando-se a alternativa mais vantajosa economicamente a longo prazo.

10.2. MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Descrição da solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos	
	Ano 1	Total
Solução Viável 1	R\$220.800,00	R\$220.800,00

A estimativa de preços para a presente contratação é de R\$ 220.800,00 (duzentos e vinte mil e oitocentos reais), com base na proposta mais vantajosa coletada em levantamento de mercado. O valor estimado está compatível com os preços praticados no setor e atende aos critérios de economicidade, razoabilidade e aderência técnica estabelecidos no planejamento da contratação.

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação será feita por item (servidores), conforme Termo de Referência, não havendo necessidade de parcelamento funcional já que o objeto é homogêneo e tecnicamente indivisível para a finalidade prevista.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 47º, inciso II e § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

- Art. 40º, inciso V e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Relaciona-se à necessidade de adequação/modernização da infraestrutura técnica (energia, rede, climatização), já previstas no planejamento e objeto de providências internas anteriores.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso IX, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

Continuidade e estabilidade dos serviços críticos do órgão.

Melhoria da segurança da informação, mitigação de riscos de ataques cibernéticos.

Eficiência operacional, ganho de escala e maior produtividade.

Alinhamento à política estadual de TIC, sustentabilidade institucional.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 174º, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

- Art. 8º, inciso X, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Será observada a aquisição de equipamentos de baixo consumo energético, práticas de descarte adequada, observância ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU e previsão de logística reversa dos equipamentos obsoletos.

Fundamentação:

- Art. 5º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 11, inciso I e IV, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- Art. 34, § 1º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- Preparação do ambiente físico (energia/climatização).
- Treinamento de usuários, integração ao plano de backup e segurança.
- Adaptação e validação documental conforme normas.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XI, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

Aquisição de 02 servidores tipo rack, com todas as características técnicas detalhadas, garantia de fábrica, instalação, configuração e suporte, atentando-se à continuidade dos serviços e integração ao ecossistema de TI do órgão.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso V, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Item 1	Servidor Rack	2	R\$ 110.400,00	R\$220.800,00

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após análise técnica, operacional e orçamentária, **a contratação é viável**, plenamente adequada à necessidade pública identificada, promovendo

modernização, segurança e eficiência para a SDEC, conforme legislação vigente.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

19. RESPONSÁVEIS

Identificar os responsáveis pela elaboração do ETP.

Conforme o Art. 4º, § 5, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022 e Art. 6º da Portaria ATI nº 44 de 30 de dezembro de 2024, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser elaborado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Cleyton dos Santos	Cleyton dos Santos
Matrícula:1727982/01	Matrícula:1727982/01
Gestor de TI	Gestor de TI
Setor/Gerência	Setor/Gerência
Contato: (81)995423264	Contato: (81)995423264
E-mail: cleyton.santos@sdec.pe.gov.br	E-mail: cleyton.santos@sdec.pe.gov.br

Recife, 01 de setembro de 2025.

Recife, 01 de setembro de 2025.

20. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovação do documento e declaração expressa da autoridade máxima da Área de TIC quanto à adequação dos estudos realizados neste artefato aos ditames do Art. 4º, § 5, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022 e Art. 6º da Portaria ATI nº 44 de 30 de dezembro de 2024.

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022 e da Portaria ATI nº 44 de 30 de dezembro de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC

Cleyton dos Santos

Matrícula: 1727982/01

Gestor de TI

Setor/Gerência

Recife, 01 de setembro de 2025.

ANEXO D**QUADRO RESUMO****LICITAÇÃO POR ITEM**

Item	Código E-Fisco	CAT MAT	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor Total
1	596444-0	463205	SERVIDOR - PARA RACK,COM PROCESSADOR SERVER, 12 NUCLEOS, 24 THREADS, 16 GT/S,CLOCK 2.4GHZ, DE QPI OU HYPERTRANSPORT MINIMO DE 9.6 GT/S,MEMORIA RAM DDR5,DE 128GB RDIMM,CACHE NO MINIMO 33 MB,CONTROLADORA DE RAID EXCLUSIVA E DEDICADA 8GB DE CACHE,8 DISCOS HD E 2 DISCOS M.2,DISCOS HD COM 4TB E DISCOS M.2 COM 960 GB,PADRAO SATA 6GBPS 7.2K 512N 3.5" HOT PLUG,UNIDADE DE FITA,BARRAMENTO DA CONTROLADOR DE VIDEO PCIE, VGA,CONTROLADORA DE VIDEO PADRAO,,,,,TECLADO,MONITOR,MOUSE,COM PLACA DE REDE NO MINIMO 04 INTERFACES DE 10/25 GBE SFP28, COM PLACA DE REDE 02 PORTAS DE 1 GBE,COM GABINETE,RACK COM ALTURA DE 2U,GARANTIA DE 84 MESES,COM CABOS DE FORCA, FIBRA OPTICA, REDE E SEUS ACESSORIOS	Unidade	02	R\$110.967,57	R\$ 221.935,14

PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS.GOV N° 90090/2026
PROCESSO LICITATÓRIO PE INTEGRADO N° 0143.2026.AC-51.PE.90090.SAD.SDEC
SEI N° 2600000049.000928/2025-24

ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS.GOV Nº 90090/2026
PROCESSO LICITATÓRIO PE INTEGRADO Nº 0143.2026.AC-51.PE.90090.SAD.SDEC
SEI Nº 2600000049.000928/2025-24

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO
FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDEC, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90090/2026, PROCESSO Nº 0143.2026.AC-51.PE.90090.SAD.SDEC.

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDEC**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) _____(nome e cargo), portador da matrícula funcional nº _____, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____(nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** o fornecimento de Fornecimento de equipamentos de tecnologia da informação (servidores de rack) visando atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDEC, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da **CONTRATADA** e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90090/2026, PROCESSO Nº 0143.2026.AC-51.PE.90090.SAD.SDEC** e todos os seus anexos, assim como a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do **CONTRATO** é de 12 (meses), contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da **CONTRATADA**, a opção pela extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da **CONTRATADA** se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do **CONTRATO**, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ xxx conforme detalhamento abaixo descrito):

ITEM XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM						XXXXXXX

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2026, na classificação abaixo:

Fonte: 0500000000

UG: 260100

Unidade: 00116

Programa: 22.122.0450.4383.0000

Ação: 4383

Elemento de Despesa: 4.4.90

Categoria Econômica: EXECUTIVA - Outros

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 12/02/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de eventuais atrasos imputados à **CONTRATADA**, não incidirá reajuste sobre o saldo de serviços previstos no cronograma físico-financeiro e não executados por culpa exclusiva dela.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do **CONTRATO**, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da

manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO NONO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item 3.3.2 do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item 3.3, também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma integral, em remessa única, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da notificação da Ordem de Fornecimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 10 dias úteis devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO QUARTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do **CONTRATO**, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**;

- VI. Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito;
- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;

XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste **CONTRATO**;

XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.;

XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta³) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **CONTRATO**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

I. Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da **CONTRATANTE** para alteração nas condições do fornecimento;

II. Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;

III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo

assinalado pelo fiscal do **CONTRATO**, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à **CONTRATANTE**, até 10 (dez) dias úteis antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;

VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;

VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;

IX. Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

X. Designar preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

XII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

XIII. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);

XIV. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XV. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XVII. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa XXXXXX como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;

- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- e) Registrar no histórico de execução do **CONTRATO** todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a **CONTRATADA** para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA** que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do **CONTRATO** as ocorrências que possam inviabilizar a execução do **CONTRATO** nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** designa XXXXXX como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do **CONTRATO** de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;
- b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do **CONTRATO** acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do **CONTRATO** e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do **CONTRATO**;

e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do **CONTRATO** não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do **CONTRATO** deverá ser recebido pelo fiscal do **CONTRATO**, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - **Provisoriamente**, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - **Definitivamente**, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a **CONTRATADA** não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO TECEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: I =

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não será admitida a subcontratação do objeto do **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII da **CLÁUSULA NONA** deste **CONTRATO** ("Das Obrigações da Contratada").

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos III e IV do **CLÁUSULA NONA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração⁴.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas "b" e "d", respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo⁵ de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);
- II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da **CLÁUSULA NONA**.
- III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da **CLÁUSULA NONA** quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso V da **CLÁUSULA NONA**;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da **CLÁUSULA NONA**;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da **CLÁUSULA NONA**;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XV da **CLÁUSULA NONA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da **CLÁUSULA NONA**;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XII da **CLÁUSULA NONA**;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06

(seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente,

estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018;
(ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.⁶

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: XXXXXXXXXXXXX

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: XXXXXXXXXXXXX

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do **CONTRATO** nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do **CONTRATO** nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao **CONTRATO**.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA CAU DURANTE**, **3246396.120101** e matrícula **3246396**, em 11/03/2026, às 15:08.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **0e51b7b8-1475-4819-9a02-2f8afda70ec3**
